

das internações por essas causas no país, de 1984 a 2000, menciona que esse grupo, mesmo representando, globalmente, apenas 5,8% do total de hospitalizações, constituiu-se na principal causa de internação no sexo masculino, nas idades de 10 a 19 anos. Os autores apresentam ainda a distribuição dessas internações segundo tipo de lesão e seu custo médio no país. Esse aspecto é ressaltado como importante na medida em que, em todas as áreas, ocorre um sobre valor do custo das lesões e envenenamentos em relação a todas as causas.

Na segunda parte, ao analisar o comportamento da manifestação da violência sobre alguns grupos populacionais específicos, a publicação traz à luz um conjunto de informações relativas aos diferentes tipos de violências que atingem crianças e adolescentes, mulheres e idosos.

O tema da violência contra crianças e adolescentes é talvez o que tem merecido maior atenção e investimento dos pesquisadores. Tarefa desafiante e complexa, o assunto é comentado sob as diferentes formas de seu enfoque: desde a década de 70, onde o menor institucionalizado se constituía na cerne do problema, passando para a delinquência juvenil nos anos 80. Na década de 90 e nos primeiros anos do novo século destacam-se os estudos sobre violência familiar contra crianças e adolescentes, exclusão e violação de direitos (menores de rua) e juventude em conflito com a lei, como sendo os assuntos mais importantes e que sobressaem em artigos publicados em periódicos e, principalmente, em dissertações e teses.

Na parte relativa à violência contra a mulher, o autor procura analisar discursos acerca da mulher em situação de violência e ressalta, aqui, a grande produção nacional no fim da década, oriunda também de trabalhos de dissertações e teses.

Quanto à violência contra os idosos, os autores chamam a atenção para o fato de que, apesar da multiplicidade de sentidos da violência nesse grupo populacional, a questão tem ainda baixa visibilidade. Em razão disso, apresentam uma cuidadosa revisão da bibliografia nacional e internacional sobre o assunto, além de promoverem análise exploratória sobre os dados brasileiros da morbimortalidade por violência na faixa de sessenta anos e mais.

O livro mostra, ainda, em capítulo específico, o desafio representado pela associação drogas e violência, analisando as tendências da produção científica dos autores brasileiros na área, com base em 145 textos.

Aspecto importante da obra é a apresentação do “*panorama atualizado do estado do conhecimento*” sobre o impacto da violência no setor saúde. Trata-se de um apanhado feito sobre a produção intelectual brasileira – em livros e revistas indexadas, bem como dissertações e teses – publicados nos anos 90, sobre o assunto. Nesse particular é necessário salientar que as organizadoras dão continuidade a um trabalho anteriormente apresentado e que abrangia os trabalhos publicados até fins da década de 80. Comparativamente, o novo levantamento mostra não só o grande incremento da produção científica na área, mas também um aprofundamento da temática.

O trabalho apresentado, em seus diferentes capítulos e com sua abordagem interdisciplinar, constitui-se, para os pesquisadores e profissionais da saúde e áreas correlatas e da sociedade em geral, não só

motivo de aprendizado e reflexão, mas importante subsídio para ações específicas que objetivem a minimização do problema da violência entre nós.

Maria Helena P. Mello Jorge
Faculdade de Saúde Pública,
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
mhpjorge@usp.br

ANTROPOLOGIA, SAÚDE E ENVELHECIMENTO.

Maria Cecília de Souza Minayo & Carlos E. A. Coimbra Jr. (org.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. 212 pp.

ISBN: 85-7541-008-3

Desde o início dos anos 90, quando se consagra em lei uma concepção ampliada de saúde, a busca de construir práticas com orientação e base interdisciplinares, buscando articular uma perspectiva de integralidade e humanização das ações, tem sido um permanente desafio. Neste contexto, o diálogo entre as ciências da saúde e as ciências sociais é prerrogativa indispensável, assumida na proposta da coleção *Antropologia e Saúde* como horizonte a ser estimulado com a disseminação de estudos que consolidam e/ou exploram novas perspectivas de pesquisa em antropologia e saúde coletiva.

O livro *Antropologia, Saúde e Envelhecimento* que inaugura a coleção, organizado pelos próprios editores Carlos E. A. Coimbra Jr. e Maria Cecília S. Minayo, é bem-vindo por esta motivação de base e, sobretudo, pela atualidade e premência das questões que cercam a atenção ao idoso no Brasil. Os nove artigos enfocam aspectos diversos e trazem dados valiosos à compreensão dos sistemas simbólicos partilhados coletivamente, dimensão a ser contrastada com a realidade do envelhecimento em diferentes contextos e utilizada como referência no debate que informa os programas dirigidos a esse grupo populacional.

Numa primeira linha, as representações dos idosos sobre o corpo e a saúde problematizam estereótipos em torno da associação entre velhice e doença. Em estudo realizado em Bambuí, município de Minas Gerais, Uchôa e colaboradores mostram a discrepância entre a visão negativa de pessoas mais jovens acerca do envelhecimento e a percepção dos próprios idosos quando atribuem significado às suas experiências. Apesar da convivência com doenças e agravos, suas histórias de vida revelam ganhos e não apenas limitações, evidenciando a capacidade de enfrentamento e o apoio familiar e social como o diferencial na vivência dos idosos.

O questionamento aos estereótipos que se criam em torno do idoso é reiterado por Alda Brito da Motta, ao focar o sentimento do corpo e as ambigüidades na coexistência de diferentes visões sobre envelhecimento na sociedade capitalista contemporânea. A reprodução de estigmas e preconceitos quanto à velhice, reforçada pelos saberes constituídos nesse campo e pelos próprios idosos, dá-se em meio a resistências e aberturas a novas expressões, caracterizando uma época de transição de valores funcionalizada também pelo mercado por meio do estímulo a novos nichos de consumo. O texto traz uma instigante reflexão sobre a “máscara do envelhecimento”, expressão usada no campo gerontológico para simbolizar uma

vivência dicotômica entre a imagem do corpo desgastado pelas mudanças que acompanham a idade e o “verdadeiro eu”, idealmente resguardado e ileso às mazelas do tempo. Na pesquisa da autora, muitos idosos assumem esta visão talvez pela perspectiva mais confortadora que aí se apresenta na construção da própria identidade. A vivência da sexualidade é também investigada e aponta com clareza a marcante influência de gênero nas expectativas e no comportamento distintos de homens e mulheres na velhice.

Temáticas contemporâneas são tratadas em dois estudos. O artigo de Cornelia Eckert evidencia a relação dos idosos de classes médias com o aumento da violência e da insegurança no contexto urbano, expressão da lógica violenta que estrutura o conjunto da organização social. As narrativas de velhos moradores de Porto Alegre revelam a estética do medo forjada na hostilidade e insegurança da cidade, assim como suas repercussões em termos de reforço do individualismo moderno e de restrições na busca de espaços de interações. Nas reminiscências dos idosos, a autora ressalta o valor do passado/memória para se pensar a condição de viver na cidade e, quem sabe, vislumbrar saídas para o sentimento de desencantamento e de esvaziamento dos sentidos coletivos, gerado pela vigilância permanente do perigo, cada vez mais requisitada e incluída na herança cultural dos mais velhos às novas gerações.

A relação da juventude com o envelhecimento populacional é a interrogação de Russel P. Scott em estudo que compara Brasil e Japão, com base em indicadores demográficos, sócio-econômicos e dos aspectos culturais que regem os arranjos familiares e as trocas intergeracionais. Embora diferentes, e por razões às vezes opostas, ambos contextos societários prevêem dificuldades na tarefa das novas gerações sustentar os mais velhos. Nos dados apresentados, chama a atenção o significado do aumento do número de idosos que moram sós nos dois países, entendido como signo de autonomia e liberdade mais do que de solidão. Compreender as condições em que esse arranjo familiar ocorre é fundamental nos programas para idosos e implica acompanhar as transformações em curso e as novas formas de relação que vão ocupando o lugar da família patriarcal.

A marcante presença feminina na velhice reflete-se no destaque à mulher idosa em três artigos. No estudo de Rita Heck & Esther Langdon, uma interessante etnografia sobre a construção dos papéis masculino e feminino, numa colônia de origem alemã no Rio Grande do Sul, mostra a rigidez com que estes são moldados em torno da cultura do trabalho e suas repercussões na vivência dos idosos. O recorte de gênero revela o maior isolamento dos homens na velhice, enquanto as mulheres, sobretudo após a aposentadoria rural, têm ampliado sua autonomia e espaços de participação. As autoras destacam a importância dos grupos de idosos na mobilização de iniciativas a partir da discussão sobre o cotidiano, favorecida pelo tempo mais disponível nesta etapa da vida.

Ao abordar histórias de vida de mulheres de distintos níveis sociais e que participam de grupos, Ana Zahira Bassit confirma a influência de gênero no processo de envelhecimento, ressaltando, porém, as diferenças de classe como agenda de pesquisa necessária à compreensão das vivências de maturidade e velhice. A autora aponta o acesso à informação e a gru-

pos como um diferencial no percurso de vida das idosas, ao mesmo tempo em que mostra o valor dos espaços que se abrem hoje à participação e à sociabilidade como aberturas para resignificação da velhice por parte das mulheres que não tiveram oportunidades prévias.

A experiência feminina numa condição particular de fragilização é o tema tratado por Paulo César Alves, em estudo com mulheres das classes trabalhadoras, em bairro pobre de Salvador. Utilizando entrevistas em profundidade, o autor propõe recuperar a experiência do “nervoso”, na forma como os sujeitos vivenciam e dão significado a esta condição. Como bem observado, trata-se de um processo de fragilização não apenas do indivíduo mas da família e do grupo social mais amplo, expressando um desgaste no curso de vida em contexto marcado por pobreza e violência.

Sob ponto de vista diverso, outra condição de fragilidade está no centro da questão tratada no estudo de Célia Pereira Caldas, voltado à compreensão do significado de cuidar de um familiar idoso que vivencia processo demencial. Com base em entrevistas com cuidadores, o texto dá visibilidade à carga de sofrimento e às necessidades de suporte institucional e comunitário a esta delicada situação, cuja tendência de expansão acompanha o envelhecimento populacional. O alto impacto para quem cuida e as exigências éticas de um cuidado humanizado impõem a publicização dessa temática, tanto na linha do fomento à solidariedade familiar e social, quanto de pressão pela implantação de estruturas e estratégias assistenciais previstas na política do idoso mas ainda pouco disponíveis no país.

Fechando a coletânea, o artigo de Souza e colaboradores traz ao debate questões acerca de como a sociedade retrata e assiste seus idosos, tomando por base a análise de matérias veiculadas na imprensa escrita do Rio de Janeiro e São Paulo. Na investigação realizada, a institucionalização aparece como temática recorrente em saúde do idoso, tratada via de regra de maneira superficial e sensacionalista, por ocasião de escândalos sobre maus-tratos em asilos. Embora seja essa uma situação conhecida, a comoção pouco se traduz em ações efetivamente transformadoras dessa realidade. Segundo os autores, é pequena – mas, deve-se reforçar, em expansão nos anos recentes – a presença na mídia dos idosos ativos, ocupando espaços e projetando-se como atores sociais no contexto político brasileiro. Revelar esse potencial é um papel relevante que a imprensa pode assumir no processo de mudança cultural do lugar da velhice, que favoreça seu deslocamento da ótica predominante de problema e ônus para a de fonte de riqueza e recursos para a sociedade.

Da leitura dos artigos em seu conjunto, observa-se com recorrência o valor das redes de solidariedade e dos grupos na experiência dos idosos, o que reafirma nossa necessidade primária de pertencimento, de “ter uma turma”, em qualquer fase da vida. Por outro lado, é preciso cuidar para que novas imagens de velhice não incorram em novos estereótipos ou hiper-trofiem a responsabilização individual, tão a gosto da cultura privatista contemporânea. Espaços de sociabilidade podem, então, ser promissores para trazer o envelhecimento ao debate público como questão de qualidade de vida, definida individual e coletivamente.

te de modo indissociável da busca de garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana. Ouvir os idosos e compreender melhor o processo de construção de uma identidade coletiva com maior expressão política, já demonstrado com o movimento dos aposentados, é uma interrogação a ser explorada. Em tempos de *Estatuto do Idoso*, mais que nunca, a participação poderá ser o caminho para minimizar os riscos de se consagrar a velha e incômoda distância entre direitos que se consagram em leis, e sua expressão no cotidiano da população brasileira.

Mônica de Assis
Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Rio de Janeiro, Brasil.

A FAMÍLIA EM DESORDEM. Elizabeth Roudinesco.
Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 199 pp.
ISBN: 85-71107-00-9

Estudos marcantes, a respeito da temática da família, ampliaram-se desde a modernidade até o momento contemporâneo, trabalhando sobre questões de elevada importância tendendo, em geral, para a prioridade de seu campo – histórico, antropológico-social, subjetivo; mas, na verdade, muitos deles desenvolvem correlações interdisciplinares, constituindo ricas articulações. Vemos este perfil na presente produção, o que lhe confere valor especial, ao oferecer a vários campos subsídios atualizados, tendo um alcance precípuo a respeito do campo da saúde (e da saúde pública, por sua extensão social), ao contemplar uma compreensão profunda das complexas questões familiares na atualidade – olhando antecedentes, desdobramentos – e situando os planos indissociáveis do social e físico/mental (ou, melhor dizendo, das desordens somatopsíquicas).

Logo no prefácio (da própria autora), evidencia-se a proposta deste trabalho: o exame da questão constituída por um *desejo de família*, contemporâneo e existente, inclusive, nos grupos que a contestavam como instância colonizadora, e opressora, como o cunho patriarcal; o exame do que é visto como um profundo distúrbio gerado por nossa época a propósito da família, propondo-se este ensaio “*a penetrar o segredo desses distúrbios de família*” (p. 11); e a necessidade de adoção de uma perspectiva do movimento histórico-cultural, despida de preconceitos, para acompanhar as configurações familiares inovadoras que se apresentam. Esse *desejo de família*, que emerge em meio às alterações dos costumes e da instabilidade econômica moderna, é tratado, aqui, como uma expressão instigante, sintoma relacionado à família ocidental, a qual pareceria pervertida em sua função de base social, o que repercute no nível sócio-político, democrático, sob risco de se decompor, uma realidade de efeitos negativos.

Podendo utilizar-se com segurança de sua formação, a autora (historiadora e psicanalista) percorreu a evolução histórico-cultural da família, para pensar sua desordem atual que implica a saúde de seus membros, em particular, da ordem emocional. Esta produção está distribuída em oito seções, que assim se sucedem: (1) *Deus Pai*; (2) *A Interrupção do Feminino*; (3) *Quem Matou o Pai?*; (4) *O Filho Culpado*; (5) *O Patriarca Mutilado*; (6) *As Mulheres têm um Sexo*; (7) *O*

Poder das Mães; (8) *A Família do Futuro*. Nessas seções há diálogo com autores importantes, constando na primeira, por exemplo, a abordagem de Lévi-Strauss sobre família, parentesco, sendo destacada a idéia desse autor de que a vida familiar se apresenta em praticamente todas as sociedades humanas, mesmo que sob distintas configurações. A respeito do fenômeno familiar, essa seção considera possíveis duas abordagens: a primeira, sociológica, histórica ou psicanalítica, privilegiando a verticalidade de filiações, gerações, continuidades, transmissão de saberes; enquanto a outra, mais antropológica, privilegia a horizontalidade estrutural, comparando alianças: cada família, fruto do estilhaçamento de duas outras famílias. Nesta discussão, há ênfase na proibição do incesto, como princípio fundamental, assegurador da passagem da natureza à cultura, uma função simbólica, fato de cultura e de linguagem, que diferencia mundo humano/ mundo animal (observando a quase invariabilidade da proibição do incesto, entre mãe/pai e filhos, considerando variações). Bem marcada é a concepção da família como instituição humana duplamente universal, associação de um fato de cultura e um fato da natureza – o da ordem do biológico na reprodução – sendo assinalado que a própria palavra *família* encerra diferentes realidades, tendo chegado ao modelo nuclear, do Ocidente, após longa evolução (séc. XVI ao XVIII). Três grandes períodos são considerados: 1º – a família tradicional (sob a ordem do mundo imutável e submetida à autoridade patriarcal, Deus Pai); 2º – a família dita “moderna”, de lógica afetiva, sob divisão de poderes, entre Estado e pais; 3º – a família dita “contemporânea”, ou “pós-moderna”, valorizadora da vida privada, e na complexidade com a autoridade, de transmissão cada vez mais problemática (com rupturas e recomposições conjugais), imagens destituídas de pai heróico ou guerreiro. Percorrendo figuras paternas da mitologia grega, de autoridade paterna na inquisição, é visto o amesquinamento que o lugar paterno foi sofrendo, até seu visível enfraquecimento (1757), em paralelo a um discurso misógino, até maior deterioração da figura paterna ao declínio da monarquia, com elevado temor à feminilização do corpo social.

A seção 2 focaliza mobilizações a respeito de um possível advento dessa feminilização, ao final do século XIX, o qual foi marcado por vasta polêmica sobre patriarcado e matriarcado, surgindo nova organização de soberania patriarcal: o *padre-padrone*, assimilando vida privada e vida de trabalho (o biológica e o econômico), para garantir poder; o que não impediu a fragmentação de sua imagem que cedeu: à apresentação de uma paternidade ética (o pai justo) e ao casamento como contrato livremente consentido, mas continuando ameaçado o patriarcado; mais ainda, na aurora do século XX, com a emancipação feminina repudiada por não poucos (ao considerá-la favorecedora da feminilização do corpo social e anulando a diferença sexual).

Na seção 3, é destacado o impacto provocado pela concepção freudiana da família edípica – que penetrou o século XX – pelo que ela implicou a revisão da descrição moderna do parentesco; o que é exposto em termos de uma etapa teórica de Freud (séc. XIX-XX), que a realizou introduzindo na modernidade uma mitologia do destino e da maldição, advindas do teatro grego e elisabetano, e da literatura roma-